

# Sumário

## CAPÍTULO 1 — DEMOCRACIA

- 1.1. Democracia: conceito e história
- 1.2. Atributos da democracia: soberania popular, legitimação do poder pela expressão livre da maioria, pluralismo, proteção de minorias, igualdade de oportunidades

## CAPÍTULO 2 – SUFRÁGIO UNIVERSAL

- 2.1. Sufrágio: natureza, valor, formas e extensão
- 2.2. Voto secreto, direto e igual
- 2.3. Sistemas eleitorais
  - 2.3.1. O sistema majoritário
  - 2.3.2. O sistema proporcional
  - 2.3.3. O sistema misto
- 2.4. Periodicidade do exercício do sufrágio e República
- 2.5. Democracia representativa e participativa
- 2.6. Voto direto, secreto, universal e periódico como cláusula pétrea

## CAPÍTULO 3 – DIREITO ELEITORAL

- 3.1. Direito eleitoral: conceito e fundamentos
- 3.2. Fontes do direito eleitoral: normas constitucionais eleitorais, leis complementares, leis ordinárias, resoluções, consultas e decisões da Justiça Eleitoral
- 3.3. Princípios do direito eleitoral
- 3.4. Hermenêutica eleitoral

## CAPÍTULO 4 – NACIONALIDADE E DIREITOS POLÍTICOS

- 4.1. Nacionalidade
  - 4.1.1. Dos brasileiros natos e naturalizados
- 4.2. Da perda da nacionalidade
- 4.3. Direitos políticos e cidadania
- 4.4. Aquisição da cidadania: capacidade eleitoral

- 4.5. Suspensão e perda de direitos políticos

## CAPÍTULO 5 – ALISTAMENTO ELEITORAL

- 5.1. Alistamento: natureza jurídica, efeito e procedimento
- 5.2. Obrigatoriedade do alistamento
- 5.3. Impossibilidade de alistamento: os inalistáveis
- 5.4. Cancelamento do alistamento e exclusão do eleitor
- 5.5. Fraude e revisão do eleitorado
- 5.6. Domicílio eleitoral: conceito, transferência e prazos

## CAPÍTULO 6 – ORGANIZAÇÃO DO ELEITORADO, APURAÇÃO, VOTAÇÃO E DIPLOMAÇÃO

- 6.1. A organização do eleitorado e a distribuição territorial: seções, zonas e circunscrições eleitorais
- 6.2. Da preparação para as eleições
  - 6.2.1. A preparação das urnas
  - 6.2.2. Dos atos preparatórios da votação: as mesas receptoras (capítulo III do título I da Resolução 23.372/2011)
  - 6.2.3. A votação e o voto eletrônico
- 6.3. A apuração e a totalização
- 6.4. Da proclamação dos resultados
  - 6.4.1. Morte de candidato antes do segundo turno e convocação do segundo colocado
- 6.5. Nulidade do voto e realização de novas eleições
- 6.6. Fiscalização
- 6.7. Diplomação

## CAPÍTULO 7 – INELEGIBILIDADES

- 7.1. Condições de elegibilidade
- 7.2. Condições constitucionais de elegibilidade
  - 7.2.1. Nacionalidade
  - 7.2.2. Pleno exercício dos direitos políticos
  - 7.2.3. O alistamento eleitoral
  - 7.2.4. Domicílio eleitoral na circunscrição
  - 7.2.5. Filiação partidária
  - 7.2.6. Idade mínima
  - 7.2.7. A situação do militar
- 7.3. Inelegibilidades constitucionais
  - 7.3.1. Inalistáveis e analfabetos
  - 7.3.2. Inelegibilidade dos reeleitos
  - 7.3.3. Inelegibilidade dos cônjuges e parentes dos chefes do Executivo (inelegibilidade reflexa)
- 7.4. Inelegibilidades infraconstitucionais. Lei Complementar 135/2010 e Lei Complementar 64/90. O princípio da moralidade e o sistema eleitoral
  - 7.4.1. Inelegibilidades infraconstitucionais da LC 64/90
  - 7.4.2. A LC 135/2010 e o desafios à sua constitucionalidade: a) o princípio da anualidade; b) a ofensa à presunção de inocência; c) a ofensa à irretroatividade
    - 7.4.2.1. Inelegibilidade não é pena
    - 7.4.2.2. A LC 135/2010 alcança condutas que lhe são anteriores?
    - 7.4.2.3. A Lei da Ficha Limpa não ofende o princípio da presunção de inocência
    - 7.4.2.4. Art. 1º, I, b

- 7.4.2.5. Art. 1º, I, *c*
- 7.4.2.6. Art. 1º, I, *d*
- 7.4.2.7. Art. 1º, I, *e*
- 7.4.2.8. Art. 1º, I, *f*
- 7.4.2.9. Art. 1º, I, *g*
- 7.4.2.10. Art. 1º, I, *h*
- 7.4.2.11. Art. 1º, I, *i*
- 7.4.2.12. Art. 1º, I, *j*
- 7.4.2.13. Art. 1º, I, *k*
- 7.4.2.14. Art. 1º, I, *l*
- 7.4.2.15. Art. 1º, I, *m*
- 7.4.2.16. Art. 1º, I, *n*
- 7.4.2.17. Art. 1º, I, *o*
- 7.4.2.18. Art. 1º, I, *p*
- 7.4.2.19. Art. 1º, I, *q*

#### 7.4.3. Desincompatibilização

##### 7.4.3.1. Tabela de desincompatibilização

7.5. Momento de aferição das condições de elegibilidade e das inelegibilidades .....	178
7.6. Do registro de candidatura.....	180
7.7. Da ação de impugnação de registro de candidatura (AIRC) .....	184
7.8. Arguição de inelegibilidade .....	187
7.9. Decisão sobre o pleito de registro .....	188
7.10. Substituição de candidatos .....	189

## CAPÍTULO 8 — PARTIDOS POLÍTICOS

8.1. Os partidos políticos: definição.....	193
8.2. Sistemas partidários .....	194
8.3. Tratamento constitucional: autonomia e vedações.....	194
8.4. Criação, fusão, incorporação e extinção dos partidos políticos .....	196
8.5. Estatuto, programa e órgãos partidários	
8.6. Filiação partidária	
8.7. Fidelidade partidária	
8.8. Fundo partidário e financiamento dos partidos políticos	
8.9. Propaganda partidária	
8.10. As coligações	

## CAPÍTULO 9 – JUSTIÇA ELEITORAL

9.1. A Justiça Eleitoral. Características institucionais: peculiaridades	
--	--

9.2. Órgãos e composição: Juntas, Juízes, Tribunais Regionais Eleitorais e Tribunal Superior Eleitoral

9.2.1. Juntas Eleitorais

9.2.2. Os Juízes Eleitorais

9.2.3. Os Tribunais Regionais Eleitorais

9.2.4. O Tribunal Superior Eleitoral

9.3. Diversificação funcional das atividades da Justiça Eleitoral: consultas, instruções, administração e contencioso

9.3.1. Da função consultiva

9.3.2. Da função normativa

9.4. Função jurisdicional: jurisdição e competência

9.4.1. Da competência do TSE

9.4.2. Da competência dos TREs

9.4.3. Da competência dos Juízes Eleitorais e das Zonas Eleitorais

9.5. A ética do Juiz Eleitoral

9.6. Justiça Eleitoral e o controle da legalidade das eleições

CAPÍTULO 10 – MINISTÉRIO PÚBLICO ELEITORAL

10.1. O Ministério Público na Constituição

10.2. O Ministério Público Eleitoral

10.2.1. A Procuradoria Regional Eleitoral e os promotores eleitorais

10.3. A atuação do Ministério Público Eleitoral junto à Justiça Eleitoral. Legitimidade. Fiscalização, processos, ações e recursos

CAPÍTULO 11 – PROPAGANDA ELEITORAL

11.1. Propaganda eleitoral. Tratamento constitucional. Conceito. Posicionamento dos teóricos de *marketing*

11.2. Da propaganda eleitoral em geral

11.3. Propaganda eleitoral na imprensa escrita

11.4. Propaganda eleitoral no rádio e na TV

11.4.1. Controle de horário: o horário eleitoral gratuito

11.4.1.1. As inserções

11.4.2. Distribuição proporcional de horários gratuitos pelos meios de comunicação audiovisuais

11.5. Do controle de conteúdo

11.6. Os debates

11.7. Propaganda eleitoral na *internet*

11.7.1. As redes sociais: Twitter, Facebook e assemelhados (Google+, Orkut, LinkedIn etc.)

11.8. Propaganda eleitoral mediante *outdoors* e o uso de trios elétricos: o controle de forma

11.9. Bens públicos

11.10. Bens particulares

- 11.11. Símbolos e imagens semelhantes às de órgãos do governo
- 11.12. Comícios
- 11.13. Alto-falantes ou amplificadores
- 11.14. A minirreforma eleitoral: os minitrios elétricos e carros de som
- 11.15. Distribuição de material de propaganda política
  - 11.15.1. A panfletagem
  - 11.15.2. Brindes
  - 11.15.3. Adesivos com nomes de candidatos
- 11.16. Controle da propaganda
- 11.17. O direito de resposta
- 11.18. Da pesquisa e dos testes pré-eleitorais
- 11.19. A minirreforma e a contenção de gastos de campanha

## CAPÍTULO 12 — AÇÕES ELEITORAIS

- 12.1. Ação de investigação judicial eleitoral e os abusos
  - 12.1.1. A potencialidade
  - 12.1.2. O rito
- 12.2. Ação por captação ou gasto ilícito de recursos para fins eleitorais
- 12.3. Representação (ação) pela prática de condutas vedadas aos agentes públicos nas campanhas eleitorais
- 12.4. Ação de impugnação de mandato eletivo
- 12.5. Recurso contra a Expedição de Diploma (RCED)
- 12.6. Ação por captação ilícita de sufrágio
- 12.7. Aspectos processuais relevantes comuns a AIJE, AIME e RCED
- 12.8. Inquérito civil

## CAPÍTULO 13 – PROCESSO ELEITORAL

- 13.1. Teoria geral do processo eleitoral e administração do processo: a celeridade
- 13.2. Recursos eleitorais
  - 13.2.1. Dos recursos contra as decisões das juntas e juízes eleitorais
  - 13.2.2. Recursos contra decisões do TRE
  - 13.2.3. Dos recursos contra decisões do TSE
  - 13.2.4. Embargos de declaração
  - 13.2.5. Agravo regimental
  - 13.2.6. Sustentação oral nos recursos nos tribunais
  - 13.2.7. Ação rescisória

## CAPÍTULO 14 – CRIMES ELEITORAIS E PROCESSO PENAL ELEITORAL

- 14.1. Crimes eleitorais e princípios constitucionais

- 14.2. Dos crimes previstos no Código Eleitoral
  - 14.2.1. Corrupção eleitoral
  - 14.2.2. Coação eleitoral
  - 14.2.3. Crimes cometidos no alistamento eleitoral
  - 14.2.4. Crimes contra o alistamento partidário
  - 14.2.5. Crimes eleitorais na propaganda eleitoral
  - 14.2.6. Crimes eleitorais na votação
  - 14.2.7. Crimes eleitorais na apuração
  - 14.2.8. Crimes eleitorais no funcionamento do serviço eleitoral
  - 14.2.9. Crimes eleitorais desvinculados do serviço eleitoral e que podem ser cometidos em qualquer fase do processo eleitoral
- 14.3. Crimes previstos na LC 64/90: crimes eleitorais em matéria de inelegibilidade
- 14.4. Lei 6.091/74 – transporte de eleitores das zonas rurais
- 14.5. Crimes da Lei 9.504/97
  - 14.5.1. Crimes quanto às pesquisas
  - 14.5.2. Crimes de propaganda
  - 14.5.3. Crime contra os *softwares* e *hardwares* do sistema eletrônico de votação
  - 14.5.4. Demais crimes da Lei 9.504/97
- 14.6. Crimes eleitorais e sanções penais. Medidas despenalizadoras
- 14.7. Prisão e período eleitoral
- 14.8. Jurisdição e competência. Ação penal. Propositura. Titularidade. Processo e julgamento. Recursos. Competência, conexão e continência em matéria eleitoral

## CAPÍTULO 15 — PRESTAÇÕES DE CONTAS DE PARTIDOS E CANDIDATOS

- 15.1. Controle de arrecadação e prestação de contas anuais de partido
- 15.2. Prestação de contas de campanha
- 15.3. Rejeição de contas e quitação eleitoral
- 15.4. A questão das doações

EPÍLOGO: TABELA COM AS ALTERAÇÕES PROMOVIDAS PELA LEI 12.891/2013

BIBLIOGRAFIA